

Brasil tinha recorde de 23 milhões vivendo na pobreza em 2021, 7,2 milhões a mais que em 2020

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

No segundo ano de pandemia, mais 7,2 milhões de brasileiros passaram a viver na pobreza, segundo levantamento do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social). A proporção de pobres subiu de 7,6% da população em 2020 para 10,8% em 2021, um aumento de 42,11%. O contingente de pessoas vivendo na pobreza alcançou cerca de 23 milhões, o maior patamar da série histórica iniciada em 2016. “Basta lembrar que a primeira meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio era diminuir a pobreza à metade em 25 anos”, apontaram os pesquisadores Marcelo Neri e Marcos Hecksher no estudo intitulado “A Montanha-Russa da Pobreza”, divulgado nesta quarta-feira, 15. O cálculo, que tem como base os microdados sobre rendimento domiciliar per capita de todas as fontes apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), adota como referência para a linha de pobreza o limite de renda para recebimento do Auxílio Brasil, de R\$ 210, a preços constantes de dezembro de 2021 por pessoa da família por mês, cerca de R\$ 7 por dia. “Esta linha, embora baixa para suprir necessidades básicas, é usada como critério de elegibilidade a algum benefício pelo Auxílio Brasil”, justificou o FGV Social, no levantamento. Os pesquisadores chamam atenção para o fato de que as informações mensais apontam resultados ainda mais extremos do que as médias anuais. Considerando o mês de menor pobreza, experimentado em agosto de 2020, 3,9% dos brasileiros sobreviviam nessas condições, proporção que subiu a 13,2% em março de 2021, durante a interrupção do pagamento do Auxílio Emergencial pelo governo. “Na verdade, estas séries de pobreza anuais no Brasil escondem no período recente flutuações com amplitude 5,7 vezes ainda mais pronunciadas observadas em séries mensais, dado o aumento de 238,5% da mesma em menos de seis meses”, frisaram os pesquisadores. O pico de pobreza ocorreu no primeiro mês da pandemia, em março de 2020, quando 13,3% dos brasileiros viviam nessa condição. O estudo ressalta ainda que a renda mensal dos 10% mais pobres já estava em queda antes da chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil, descendo de R\$ 114 por pessoa por mês em novembro de 2019 para apenas R\$ 52 em março de 2020. Graças ao Auxílio Emergencial, a renda desse grupo subiu a um ápice de R\$ 215 por mês por pessoa em agosto de 2020, mas desabou a R\$ 55 em janeiro de 2021 com a suspensão do programa. A retomada do benefício com cobertura e valores reduzidos fez a renda dos 10% mais pobres voltar a subir, alcançando R\$ 113 em agosto de 2021, descendo mais uma vez em novembro de 2021, a R\$ 96. “Este último projeta tendência negativa pois incorpora os valores nominais fixados do novo Auxílio Brasil face o cenário de inflação alta e acelerada, especialmente para baixa renda”, ponderou o levantamento. “Em novembro de 2021, a renda domiciliar per capita dos 10% mais pobres foi de R\$ 96, o equivalente a míseros R\$ 3,20 por dia para cada pessoa. Esse valor extremamente baixo tinha sido 18,7% maior dois anos antes, R\$ 114 mensais per capita, sempre a preços de dezembro de 2021.” Os pesquisadores lembram que os brasileiros mais pobres não possuem contrato de emprego formal que possa dar alguma garantia de sustento ou amortecer flutuações extremas na renda com o passar dos meses. “O que eles enfrentam mês a mês são oscilações imprevisíveis entre graus extremos e moderados de pobreza, amplificadas pela pandemia e pela instabilidade das políticas sociais dos últimos anos. Sem jamais ir à Flórida, uma montanha-russa de privações foi a parte que lhe coube neste parque temático”, concluíram Neri e Hecksher. Daniela Amorim Estadão Conteúdo Copyright © 2022 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados. O conteúdo do AQUINOTICIAS.COM é protegido pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não é permitida a sua reprodução total ou parcial sob pena de responder judicialmente nas formas da lei. Em caso de dúvidas, entre em contato: atendimento@aquinoticias.com

